

OPTIMIZE CAPITAL REFORMA PPR / OICVM AGRESSIVO

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2018



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2018	4
1.2	Características principais do Fundo	8
1.3	Evolução do fundo	9
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	11
2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	12
2.2	Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.....	13
2.3	Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018 e 2017	14
3	Divulgações	15
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras.....	16
4	Certificação das Contas.....	22

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2018

MERCADOS FINANCEIROS EM 2018

ECONOMIA MUNDIAL: INDEFINIÇÕES GEOPOLÍTICAS A PAUTAR A (DES)CONFIANÇA DOS INVESTIDORES

Incerteza, o termo que melhor descreve e justifica o pessimismo observado ao longo do ano de 2018. As temáticas da guerra comercial, o aumento de movimentos populistas na Europa e a subida das taxas de juro nos Estados-Unidos, suplantaram a robustez dos dados económicos. De facto, todas estas ondas de incerteza têm condicionado a confiança das empresas na implementação de novos projetos, essencialmente devido a todos estes riscos geopolíticos. Esta instabilidade tem ofuscado os excelentes dados fundamentais, nomeadamente relacionados com o crescimento da economia global, e o elevado crescimento dos resultados empresariais.

Nos Estados-Unidos, para atenuar o pessimismo originado pelas tensões comerciais com a China e pelo badalado abrandamento económico para o próximo ano, o presidente da Federal Reserve, J. Powell, referiu no final de novembro de 2018 que a taxa de juro está próxima do nível neutral, perspetivando uma suavização do ciclo de subidas. Esta medida permitiu aliviar o custo da dívida, principalmente das empresas e países com exposição a emissões americanas e ainda estabilizar a flutuação do dólar. Assim, e segundo as últimas indicações, a FED deverá implementar apenas duas subidas na taxa de juro direta ao longo do ano de 2019, até ao nível 3%.

Na Europa, a normalização vai iniciar com o término do plano de compras mensais do Banco Central Europeu no final do ano. O início da subida da taxa de juro direta ocorrerá em meados de 2019. O brexit está agendado para 29 março de 2019, apesar da proximidade da data, as indefinições persistem entre um acordo, um não acordo, ou mesmo um no-brexit, possibilidade que surgiu mais recentemente. Em Itália, o atual governo já começou a ceder, todavia persiste no incumprimento das metas europeias na elaboração do seu orçamento.

O Japão enfrenta um abrandamento nas suas exportações, porém, o baixo endividamento das empresas e valorizações atrativas das suas ações face às europeias e americanas, apresentam-se mais interessantes numa conjuntura de subida das taxas de juro.

Os mercados emergentes foram bastante penalizados pela política mais agressiva da Federal Reserve ao longo do último ano, contudo, perante as expectativas da autoridade monetária americana em abrandar o seu ritmo de subida de taxas de juro, deverão beneficiar de um alívio no custo dos seus endividamentos e suavização da apreciação do dólar.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	+3.5 %	+3.3 %	+3.7 %	+3.7 %	+3.7 %
Zona Euro	+2.1 %	+1.9 %	+2.4 %	+2.0 %	+1.9 %
Alemanha	+1.5 %	+2.2 %	+2.5 %	+1.9 %	+1.9 %
França	+1.0 %	+1.1 %	+2.3 %	+1.6 %	+1.6 %
Itália	+1.0 %	+0.9 %	+1.5 %	+1.2 %	+1.0 %
Espanha	+3.6 %	+3.2 %	+3.0 %	+2.7 %	+2.2 %
Portugal	+1.8 %	+1.6 %	+2.7 %	+2.3 %	+1.8 %
Estados Unidos	+2.9 %	+1.6 %	+2.2 %	+2.9 %	+2.5 %
Canada	+1.0 %	+1.4 %	+3.0 %	+2.1 %	+2.0 %
Japão	+1.4 %	+1.0 %	+1.7 %	+1.1 %	+0.9 %
Reino-Unido	+2.3 %	+1.8 %	+1.7 %	+1.4 %	+1.5 %
China	+6.9 %	+6.7 %	+6.9 %	+6.6 %	+6.2 %
India	+8.2 %	+7.1 %	+6.7 %	+7.3 %	+7.4 %
Brasil	-3.5 %	-3.5 %	+1.0 %	+1.4 %	+2.4 %
Rússia	-2.5 %	-0.2 %	+1.5 %	+1.7 %	+1.8 %

Fonte: FMI

AÇÕES: GUERRA COMERCIAL A ATORMENTAR

Apesar dos resultados empresariais patentearem números bem robustos, atingindo valores máximos dos últimos anos, existem muitos pontos por clarificar nomeadamente em relação à Guerra Comercial, ao Brexit, ao braço de ferro entre a Europa e Itália e à reversão das políticas monetárias por parte dos principais bancos centrais. Contudo e apesar da nuvem do abrandamento do crescimento global, este situa-se, ainda assim com números interessantes com as perspetivas de crescimento a manterem-se acima dos 3.5% para os próximos anos.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o ano a perder 14.3%, países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha desvalorizaram 11% e 18.3%, respetivamente. Desempenhos bem diferenciados justificados pela diferenciação no peso dos vários setores no tecido empresarial dos 2 países. Os países periféricos, como Espanha, Itália e Portugal obtiveram -15%, -16.1% e -12.2%, respetivamente.

Sectorialmente, o destaque pela positiva vai para setores mais defensivos como os ligados à saúde e utilities, com os seus indexantes a deslizarem apenas entre 2% e 3%, pela negativa o setor financeiro e automóvel com os seus indexantes a caírem mais de 20%. Nos Estados-Unidos, as principais praças bolsistas seguiram a mesma tendência. O Nasdaq desvalorizou 3.9%, o S&P500 obteve -6.2% e o Dow Jones deslizou 5.6%. Sectorialmente, destaque pela positiva para os mesmos setores defensivos: de cuidados de saúde e utilities com performances ligeiramente positivas. Negativamente para o setor energético.

No Japão, o Nikkei 225 deslizou 12.1%, no entanto compensada parcialmente pela apreciação do Yen face ao Euro em 7.6%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 desvalorizou 12.5% no ano, ainda agravado pela depreciação da Libra em 1.2% face ao euro.

Os países emergentes, muito pressionados pela depreciação das suas moedas face ao dólar registaram desempenhos negativos, com o Índice MSCI Emerging Markets a deslizar 16.6% e nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets seguiu a mesma tendência ao descer 16.8%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2018 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	15.0%	2.5%
Rússia	MICEX	12.3%	-2.7%
Estados Unidos	S&P 500	-6.2%	-1.9%
Austrália	ASX 200	-6.9%	-12.0%
Japão	NIKKEI 25	-12.1%	-5.8%
China	HANG SENG	-13.6%	-9.9%
Reino-Unido	FTSE	-12.5%	-13.6%
França	CAC 40	-11.0%	-11.0%
Alemanha	DAX	-18.3%	-18.3%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	-14.3%	-14.3%
Espanha	IBEX 35	-15.0%	-15.0%
Portugal	PSI 20	-12.2%	-12.2%
Itália	MIB	-16.1%	-16.1%

Dados Refinitiv-Eikon , moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: FED DEVERÁ ABRANDAR O RITMO DE 2018

Ao longo do ano, a FED deu continuidade ao ciclo de subidas de taxas de juro iniciadas no ano anterior, implementando quatro subidas da taxa de juro. No entanto e para contrariar os efeitos da guerra comercial e de um abrandamento do crescimento económico, é expectável que o ciclo de subidas seja abrandado para apenas 2 subidas ao longo do próximo ano.

Na zona euro, o processo de normalização está bem mais atrasado, o programa de compras mensais terminou em Dezembro de 2018, no entanto o início de subida da taxa de juro na zona-euro deverá acontecer apenas a partir do verão do próximo ano, provavelmente apenas no último trimestre do ano. Este atraso na reversão das políticas acomodatórias permitiu uma descida das yields na generalidade dos países da zona euro, exceção para Itália que viu o seu prémio de risco agravar-se devido à instabilidade política na elaboração do seu orçamento. Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França desceram para 0,2% e 0,7%.

Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos vem refletindo o crescimento económico finalizando o ano nos 2,7%.

No Reino Unido, as yields terminaram o ano em 1,3%, num período em que negociam a saída da União Europeia.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	29 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2018
Estados Unidos	2.4%	2.7%
Alemanha	0.4%	0.2%
França	0.8%	0.7%
Itália	2.0%	2.8%
Espanha	1.6%	1.4%
Portugal	1.9%	1.7%
Grécia	4.1%	4.4%
Reino-Unido	1.2%	1.3%
Suíça	-0.1%	-0.2%

Dados Refinitiv-Eikon 2018

MATÉRIAS-PRIMAS: DESCIDA GENERALIZADA

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflecte a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de -15.4%, para este comportamento muito contribui a performance negativa de aproximadamente 25% do peso pesado do petróleo ao representar aproximadamente 46% do índice. A mesma tendência negativa foi seguida pelo Ouro, Prata, Milho, Soja, Cobre, Alumínio e Gás Natural.

DIVISAS: DÓLAR FORTE FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o dólar ganhou força face aos principais pares cambiais, principalmente sobre as moedas dos países emergentes. Perante as subidas das taxas de juro americanas, o dólar apreciou 4,6% face ao euro. A libra depreciou 1,2% num contexto de incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. Realce ainda para a apreciação do franco suíço e lene face ao euro em (3,8% e 7,6% respetivamente).

DESEMPENHO DO FUNDO EM 2018

O fundo Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Agressivo iniciou a sua atividade a 31 de Dezembro de 2018, com o valor de Unidade de participação inicial de 10,0000€.

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n°21 4° 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n°508 181 321
Início de Atividade do fundo	31 de Dezembro de 2018
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,80 %
Comissão de Depositário	0,15 %
Entidade Depositária	Caixa Geral de Depósitos, SA
Objetivo do fundo	O Objetivo do Fundo, enquanto fundo de poupança-reforma é incentivar a poupança de médio-longo prazo, como complemento de reforma, através de uma carteira diversificada de ativos com exposição aos mercados de obrigações e ações nomeadamente.
Política de investimento	O fundo tem uma política de investimento diversificada, essencialmente através de obrigações (ou fundos de obrigações) e ações (ou obrigações convertíveis, ou fundos de ações) no âmbito dos limites de investimento definidos para os fundos PPR. O investimento em ações (ou obrigações convertíveis, ou fundos de ações) será de cerca de 75% podendo atingir 100% do valor do fundo.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, não existe dados históricos suficientes.

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, não existe dados históricos suficientes.

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ACTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	0,0%
Obrigações do Estado	0,0%
Obrigações de Empresas	0,0%
Tesouraria	100,0%

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, a totalidade do seu património encontra-se nessa dada em liquidez.

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Repartição Geográfica	
Europa	100,0%
Global	0,0%
Emergente	0,0%
América do Norte	0,0%
Ásia e Pacífico	0,0%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, a totalidade do seu património encontra-se nessa dada em liquidez.

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
2018	4 849,13 €	484,91300	10,0000 €

Valores em 31 de Dezembro (ou em último dia útil de Dezembro)

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, não apresentando por isso informação histórica anterior a 2018.

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2018
Comissão de Gestão	- €
Comissão de depósito	- €
Custos de Transação	- €
Comissões suportadas pelos participantes	- €
Comissões de Subscrição	- €
Comissões de Resgate	- €
Proveitos	- €
Custos	- €
Valor Líquido Global	4 849,13 €

Dados em 31 de Dezembro de 2018

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, não apresentando por isso informação histórica.

Pela Administração da Optimize Investment Partners SGFIM SA,
Lisboa, 19 de Fevereiro de 2019

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

EUR							EUR					
Código	ATIVO	Nota	2018			2017		Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota	2018	2017
			Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido					
	Outros ativos							Capital do OIC				
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61	Unidades de Participação	1	4 849,13	0,00
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62	Variações Patrimoniais		0,00	0,00
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64	Resultados Transitados		0,00	0,00
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0,00	0,00
21	Obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00
22	Ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultado líquido do exercício		0,00	0,00
2411	OICVM de obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total do capital do OIC		4 849,13	0,00
2412	OICVM de ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas			
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		0,00	0,00
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		0,00	0,00
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total da carteira de títulos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Terceiros			
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423	Comissões a pagar		0,00	0,00
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424+...+429	Outras contas de credores		0,00	0,00
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0,00	0,00
41+519-559	Contas de devedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44	Pessoal		0,00	0,00
421	Resgates pendentes de regularização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46	Acionistas		0,00	0,00
	Total dos valores a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total dos valores a pagar		0,00	0,00
	Disponibilidades								Acréscimos e diferimentos			
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00
12-43	Depósitos à ordem	3	4 849,13	0,00	0,00	4 849,13	0,00	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	0,00
	Total das disponibilidades		4 849,13	0,00	0,00	4 849,13	0,00					
	Acréscimos e diferimentos								Total do Capital do OIC e do Passivo		4 849,13	0,00
51	Acréscimos de proveitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
52	Despesas com custo diferido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total do Ativo		4 849,13	0,00	0,00	4 849,13	0,00					
	Número total de unidades de participação em circulação		484,91				0,00		Valor unitário da unidade de participação		10,0000	0,0000

2.2 Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

EUR					EUR				
Código	CUSTOS E PERDAS	Nota	2018	2017	Código	PROVEITOS E GANHOS	Nota	2018	2017
	Custos e Perdas Correntes					Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+...718	De operações correntes		0,00	0,00	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
719	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes		0,00	0,00
	Comissões e taxas				819	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00		Rendimento de títulos e outros ativos			
724+725+726+727+728	Outras operações correntes		0,00	0,00	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
729	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	829	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras					Ganhos em operações financeiras			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
731+734+738	Outras operações correntes		0,00	0,00	831+834+837+838	Outras operações correntes		0,00	0,00
739	Em operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	839	Em operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Impostos					Reposição e anulação de provisões			
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais		0,00	0,00	851	Provisões para encargos		0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos		0,00	0,00					
7418+7428	Outros impostos		0,00	0,00					
75	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos		0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		0,00	0,00
77	Outros Custos e Perdas Correntes		0,00	0,00					
	Total dos custos e perdas correntes (A)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM		0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Custos e Perdas Eventuais					Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores incobráveis		0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis		0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias		0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários		0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais		0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
63	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00					
66	Resultado líquido do período (positivo)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	66	Resultado líquido do período (negativo)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	TOTAL		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		TOTAL		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		0,00	0,00	F - E	Resultados Eventuais		0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		0,00	0,00	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados Antes de Impostos		0,00	0,00
B - A	Resultados Correntes		0,00	0,00	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		0,00	0,00

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018 e 2017

	EUR	
	2018	2017
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	4 849,13	-
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	-	-
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	4 849,13	-
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	-	-
Reembolso de títulos	-	-
Rendimento de títulos e outros ativos	-	-
Juros e proveitos similares recebidos	-	-
Outros recebimentos relacionados com a carteira	-	-
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	-	-
Juros e custos similares pagos	-	-
Comissões de bolsas suportadas	-	-
Comissões de corretagem	-	-
Outras taxas e comissões	-	-
Outros pagamentos relacionados com a carteira	-	-
Fluxo das operações da carteira de títulos	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	-	-
Operações sobre cotações	-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções	-	-
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	-	-
Pagamentos:		
Operações cambiais	-	-
Operações sobre cotações	-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções	-	-
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	-	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas	-	-
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	-	-
Outros recebimentos correntes	-	-
Pagamentos:		
Comissão de gestão	-	-
Comissão de depósito	-	-
Juros devedores de depósitos bancários	-	-
Impostos e taxas	-	-
Outros pagamentos correntes	-	-
Fluxo das operações de gestão corrente	-	-
Saldo dos fluxos de caixa do período	4 849,13	-
Disponibilidades no início do período	-	-
Disponibilidades no fim do período	4 849,13	-

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e Taxas".

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do Valor Líquido Global pelo número de unidades de participação em circulação. O Valor Líquido Global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 17 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Reuters.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) O critério valorimétrico de saída é FIFO.

REGIME FISCAL

Os rendimentos obtidos por Fundos Poupança Reforma, constituídos e que operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento, de acordo com o definido no artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Poderão ser tributados autonomamente, à taxa de 21,5%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do Fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 2018

	Saldo em 31.12.2017	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31.12.2018
Valor base	0,00	4 849,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4 849,13
Diferença para o valor base	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	4 849,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4 849,13
Número de unidades de participação	0,00	484,91	0,00				484,91
Valor da unidade de participação	0,0000	10,0000	0,0000				10,0000

PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Participantes em 31.12.2018
Superior a 25%	2
De 10% a 25%	1
De 5% a 10%	0
De 2% a 5%	0
De 0,5% a 2%	0
Inferior a 0,5%	0
Total	3

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2018	Dezembro	4 849,13	10,0000	484,91300

NOTA 2 - TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

TRANSACÇÕES NO PERÍODO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, a totalidade do seu património encontra-se nessa data em liquidez e ainda não se tinha efetuado qualquer transação.

SUBSCRIÇÕES E RESGATES

	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	4 849,13 €	- €
Resgates	- €	- €

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

INVENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018, a totalidade do seu património encontra-se nessa data em liquidez.

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	4 849,13	0,00	4 849,13
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	4 849,13	0,00	4 849,13

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 5 - COMPONENTES DO RESULTADO DO OIC - PROVEITOS E CUSTOS

PROVEITOS E GANHOS

Não existem proveitos no exercício, dado o fundo ter iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 2018.

CUSTOS E PERDAS

Não existem custos no exercício, dado o fundo ter iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 2018 e os custos do periodo terem sido suportados (revisão oficial de contas, taxa de supervisão) pela Sociedade Gestora.

NOTA 6 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Não existem dívidas de cobrança duvidosa no exercício.

NOTA 7 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES NO EXERCÍCIO

Não existem movimentos de provisões no exercício, pelo facto do Fundo Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Agressivo ser isento em sede de IRC no âmbito do nº1 do artigo 21º do EBF.

NOTA 8 - DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 9 - IMPOSTOS SUPOSTADOS PELO OIC

IMPOSTOS SUPOSTADOS EM 2018 E 2017

Não existem impostos no exercício.

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Não existem responsabilidades de e com terceiros em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Não existem posições cambiais em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Não existe exposição ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Não existe exposição ao risco de cotações em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	
VAR com derivados	- €	-
VAR sem derivados	- €	0,00%
VLG do Fundo	4 849,13 €	

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS EM 2018

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	- €	0,000%
Comissão de Depósito	- €	0,000%
Taxa de Supervisão	- €	0,000%
Custos de Auditoria	- €	0,000%
Outros Custos Correntes	- €	0,000%
TOTAL	- €	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		0,000%

NOTA 16 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS RUBRICAS DO BALANÇO, DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os valores e as rubricas do exercício atual não são comparáveis com os do exercício anterior, dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 17 - REMUNERAÇÕES DO EXERCÍCIO 2018

O OIC não pagou nenhuma comissão de desempenho durante o exercício, nem qualquer remuneração aos colaboradores da Sociedade Gestora, não estando prevista nenhuma comissão de desempenho como forma de remuneração da Sociedade Gestora e também não estando prevista qualquer remuneração aos colaboradores por parte do OIC.

Durante o exercício, foram pagas pela sociedade gestora as seguintes remunerações aos seus colaboradores:

	Número de Beneficiários	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Aos membros executivos dos órgãos sociais	5	176 489,83 €	8 646,18 €
Aos colaboradores cujas atividades têm um impacto significativo no perfil de risco do OIC	2	68 237,18 €	0,00€
Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora	13	197 217,90 €	24 153,86 €
Total	20	441 944,92 €	32 800,04 €

Essas remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade.

Durante o ano de 2018, não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações, e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

Um dos membros executivos dos órgãos sociais foi nomeado em Maio de 2018, pelo que a sua remuneração até então está evidenciada em "Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora" e outro membro executivo dos órgãos sociais iniciou funções em Novembro de 2018.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Optimize Capital Reforma PPR/OICVM Agressivo - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (adiante também designado por Fundo), gerido pela **Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4 849 euros e um total de capital do fundo de 4 849 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período com início e termo em 31 de dezembro de 2018 (data de início de atividade do Fundo) e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Optimize Capital Reforma PPR/OICVM Agressivo - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período com início e termo em 31 de dezembro de 2018 (data de início de atividade do Fundo) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e na nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, o Fundo iniciou a sua atividade em 31 de dezembro de 2018, pelo que, as demonstrações financeiras não apresentam valores comparativos sobre o exercício de 2017, refletindo apenas a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa referentes a um dia de atividade.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Depósitos Bancários	
Os depósitos bancários correspondem a 100% do ativo, pelo que constituem uma área significativa de auditoria.	Verificação dos principais movimentos bancários efetuados no decurso do ano de 2018, nomeadamente relacionados com a subscrição de unidades de participação do Fundo, e confirmação do respetivo saldo e titularidade em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, em 31 de dezembro de 2018, para um mandato compreendido entre 2018 e 2021;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 20 de março de 2019;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria; e
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

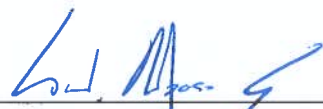
Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 20 de março de 2019



Gonçalo Raposo da Cruz, em representação de
BDO & Associados - SROC

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161384)